

Do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira à experiência de Vila Nova de Foz Côa: breve balanço de 35 anos da arqueologia... que Abril abriu (1978-2013)

Vítor Oliveira JORGE
UP/FLUP - CEAACP

*À memória de três pessoas a quem muito devo:
Eduardo da Cunha Serrão,
Jean Roche,
Carlos Alberto Ferreira de Almeida*

Resumo

Breves considerações sobre o significado que teve a nova situação política criada pela revolução de 25 de Abril de 1974 no desenvolvimento da arqueologia pré-histórica da região norte de Portugal, e dos problemas que levantou e hoje, embora de modo diferente, nos ocupam.

Palavras-chave: arqueologia pré-histórica; Norte de Portugal; 25 de Abril de 1974.

Abstract

Brief observations on the meaning that had the new political situation created by the 25 April 1974 revolution in the development of prehistoric archeology of the northern region of Portugal, and the problems that arose and today, albeit in different ways, occupy us.

Keywords: prehistoric archaeology; north of Portugal; 25th April 1974.

No Norte de Portugal, e no domínio da arqueologia, o golpe militar que acabou com o regime autoritário e colonialista, e a peculiar revolução que, durante um certo tempo, ele permitiu, teve profundas repercussões, como aliás aconteceu em todo o país e em todos os âmbitos.

Uma das óbvias consequências foi a abertura das universidades a novos cursos e docentes, sendo de destacar o facto de muitas das chamadas “ciências sociais e humanas” não terem tido até então qualquer expressividade (no ensino e na investigação), dado o

regime anterior as considerar subversivas. Portugal foi privado, devido a tal obstrução, de acompanhar devidamente o debate (político e de ideias) europeu e internacional, que era intensíssimo no pós-guerra, culminando em fenómenos como por exemplo o controverso Maio de 68 em França, que deixou marcas até à atualidade. Aquando da revolução, e por falta de estudos adequados, Portugal era opaco a si mesmo.

Aquela abertura do pós 25 de Abril de 1974 veio também permitir a toda uma geração de arqueólogos que iniciassem, ou prosseguissem em moldes muito diferentes, mais livres, um ciclo de ensino e de investigação que, embora ainda confinado aos cursos de História, se procurava pautado por padrões europeus e internacionais, recuperando – se tal fosse possível, e em tempos “de revolução” tudo parece possível – o imenso tempo perdido.

Tempo perdido esse que - não o esqueçamos nas nossas celebrações - ainda hoje tem repercussões na atual situação portuguesa, na do património cultural em geral, e na da arqueologia em particular. Aliás, Portugal acedeu à democracia formal num momento histórico em que já se iniciava uma crise do sistema económico e político ocidental, que viria a acentuar-se cada vez mais, e a desembocar na realidade presente, que parece apontar para uma nova época estrutural da configuração global do capitalismo, de que ainda não podemos entrever todas as consequências.

Voltando ao passado. Vindo em 1974 da Universidade de Luanda, iniciei as minhas atividades docentes no Porto em Janeiro de 1975. Recordo, a título exemplar, dois factos de então, entre inúmeros outros, para mim muito marcantes; poderão parecer menores, mas são sintomáticos de uma época de voluntarismo e esperança. Um, foi a docência (juntamente com o Prof. Humberto Baquero Moreno) da cadeira de Introdução aos Estudos Históricos, seguida por todo um conjunto de estudantes atentos e brilhantes, e onde tivemos centenas de alunos. As formações diferenciadas dos dois docentes (história medieval um, arqueologia pré-histórica outro), docentes esses presentes em todas as aulas, permitiram uma diversidade e complementaridade de discursos que constituiu uma experiência rara (para nós e para os discentes). Outro foi um curso livre de introdução à pré-história que então leccionei na mesma Faculdade de Letras (ainda a funcionar no velho edifício junto ao Hospital de Santo António) e onde, para minha surpresa, os inscritos superlotavam completamente o anfiteatro, com um interesse e entusiasmo extraordinários; bastantes deles decidiram logo que queriam ser arqueólogos, e isso foi uma das bases da criação do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto.

Aqui irei sobretudo referir-me à minha área de especialidade, a chamada “arqueologia pré-histórica”, usando como balizas simbólicas – como o título deste texto anuncia - as investigações do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira (que se iniciaram em 1978 no concelho de Baião, e depois se estenderam aos de Amarante e Marco de Canaveses) e os trabalhos realizados no concelho de Vila Nova de Foz Côa, que vêm desde os anos 80 e prosseguem (na medida do possível) na atualidade. Intencionalmente, só a título excepcional mencionarei pessoas ou entidades, pois o curto espaço de que disponho não chegaria para tal; procurarei sobretudo ir acentuando genérica e abstratamente (do meu ponto de vista, está claro) um conjunto de algumas linhas de força que caracterizaram ou caracterizam essas (ou pelo menos bastantes dessas) atividades.

O projeto do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira (CASA) começou por ser o núcleo da minha própria dissertação de doutoramento, após três anos de adaptação e reconhecimento da realidade do Norte, que até então desconhecia. O contorno geral do que havia a fazer ficou para mim claro em inícios de 1978, quando finalmente pude visitar a “Serra”, percebendo que se tratava de uma área única, no distrito do Porto, para o estudo do chamado “megalitismo” (dado o estado de degradação que outras duas concentrações de mamoa do distrito já apresentavam, a de Lustosa – Lousada - e a do Monte Mozinho - Penafiel).

De facto, havia ali uma paisagem planáltica, granítica, pontuada por afloramentos e elevações rochosas com elementos “acastelados” de tendência arredondada (provocada pela disjunção esferoidal daquela rocha), onde avultava o dólmen de corredor de Chã de Parada, monumento nacional, mas onde existiam muitas outras mamoas, permitindo uma perspectiva “espacial”, ou de “arqueologia da paisagem”. Cedo percebi, também, aquando da primeira campanha de escavações em Outeiro de Ante (1978), que, se ficasse sozinho na condução das escavações, um processo moroso, não iria muito longe. Ou seja, que no fundo não faziam já sentido projetos individuais de “liderança” neste domínio, onde se impunha uma escala maior e uma coalescência de esforços e competências. Foi assim que começou a desenvolver-se o CASA. O contacto progressivo com a bibliografia internacional que ia chegando, as visitas breves mas estimulantes do Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida (o responsável da minha vinda para o Porto), e a persistência da alargada equipa no prosseguimento da tarefa encetada levaram a um enorme alargamento temático. De facto, fomos percebendo quanto uma necrópole dita “megalítica” continha muitos monumentos que, de megalíticos, pouco ou nada tinham. Eram mamoas ou “cairns” (montículos em pedra) de várias tipologias e diversas épocas, que iam do Neolítico até à chamada Idade do Bronze, se agrupavam em núcleos, e tinham uma relação diversa com a paisagem: mais destacados em aplanagens uns (os mais antigos), mais discretos visual e volumetricamente outros (tendencialmente, os mais recentes). Percebemos portanto o polimorfismo megalítico e a perduração destes espaços no tempo, como acontece noutras áreas de Portugal, da península, da Europa, etc. Pessoalmente foram decisivas, a este respeito, as várias vezes que me desloquei à Bretanha francesa, e o muito que aprendi aí com a equipa liderada pelo Prof. Giot, e constituída por Helgouach, Briard, Joussaume, etc. , além dos contactos tidos com G. Eogan, da Irlanda. Mas também foi importante aplicar no estudo dos megalitos – na verdade, das mamoas – o método das decapagens em área que me recordavam o que tinha aprendido com os alemães nas escavações do Zambujal (Torres Vedras) em 1968, e que não tinham nada a ver com o amadorismo (para não dizer pior) da arqueologia portuguesa então existente. Adaptámos ao estudo das mamoas as decapagens horizontais em área que se costumavam usar nos “povoados”, não nos restringindo ao espaço dos monumentos (muito menos das respectivas câmaras, em busca de “espólios”), mas voltando a nossa atenção para o conjunto das arquiteturas imersas na paisagem envolvente. Na verdade, este e outros aspectos de escala e de perspectiva eram uma das componentes de uma arqueologia digna desse nome, que, antes do 25 de Abril, foi sobretudo praticada entre nós por alguns estrangeiros (como os colegas alemães do Zambujal, por exemplo), ou a partir do núcleo constituído por Conímbriga e pela Faculdade de Letras de Coimbra,

como se verificou perfeitamente no Congresso Nacional de Arqueologia realizado em 1971.

Voltando à Aboboreira. Na realidade, os trabalhos rapidamente se estenderam a toda a Serra (e mais tarde à rechã paralela, a sul do rio Ovil), envolvendo os três concelhos que a Aboboreira atinge (Baião, Amarante e Marco de Canaveses), e também a cronologias que vão até ao chamado Bronze Final, com o estudo de necrópoles de sepulturas sub-rectangulares abertas no saibro (Tapado da Caldeira) ou de sítios pejados de fossas ovóides, como a Bouça do Frade, etc. Quase todo o produto dessa imensa tarefa de uma vasta equipa, que incluiu trabalhos no âmbito da época romana e medieval, se encontra basicamente publicado, esperando-se ainda que venham a lume algumas intervenções inéditas. Seria aliás muito importante produzir, um dia, um trabalho de conjunto sobre o projeto da Serra da Aboboreira, que aliás funcionou, durante anos e anos (pessoalmente a minha coordenação foi concluída em 1990, mas os trabalhos prosseguiram) como uma escola de arqueologia por onde passaram milhares de estudantes portugueses, espanhóis e de outros países. As escavações da Aboboreira, feitas com meios precários, e a revista semestral do GEAP “Arqueologia” (começada a publicar em 1980) marcaram uma etapa de renovação da arqueologia do Norte de Portugal, juntamente com a atividade de colegas trabalhando noutros temas e até pertencendo a outras instituições. Claro que a obrigação universitária de elaboração de dissertações de doutoramento muito exigentes, as quais, por definição, são apresentadas em nome pessoal, por vezes dificultou uma maior coordenação de docentes entre si, e a constituição de equipas universitárias mais coesas e pluridisciplinares, apesar das tentativas nesse sentido do Instituto de Arqueologia da FLUP; cada um de nós, em boa verdade, tinha uma carga de trabalho enorme, para conseguir conjugar aulas e investigações muito morosas.

O Norte de Portugal, graças evidentemente à atividade de muitas pessoas (na verdade, na altura, “estudantes” e, até certo ponto, autodidatas, que o éramos todos...) começou assim a despontar para a arqueologia pré-histórica, em múltiplas áreas. Consideremos que quando falo aqui de “Norte de Portugal” se trata das províncias do Minho, Douro Litoral e Trás-os-Montes. Tal zona foi entrando no mapa das regiões intervencionadas por estudos arqueológicos baseados em projetos e, portanto, numa lógica de investigação continuada e orientada por princípios metodológicos que procuraram ser rigorosos, apesar do carácter muito precário dos meios de que se dispunha.

A articulação dessas pesquisas com iniciativas de universitários, que as utilizaram para a sua progressão académica, mas também como escolas práticas informais (ou mesmo formais) de arqueologia, onde encontraram condições de aprendizagem muitos dos futuros arqueólogos, hoje espalhados por todo o país, foi, acentuo, muito importante para a disseminação de uma arqueologia que tentava afinar os seus padrões de problemática e de rigor pelo resto da Europa em que nos inserimos.

Ao mesmo tempo, verificou-se o desenvolvimento de experiências associativas (mais ou menos formais ou informais) que permitiram, nomeadamente no interior, e em relação com a modernização dos territórios, começar a realizar projetos de pesquisa em áreas geográficas e em temáticas antes não abordadas ou só afloradas muito superficialmente.

É exemplo disso a constituição, no início dos anos 80, da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), que a determinada altura dá origem à descoberta do sítio calcolítico do Castelo Velho, perto daquela aldeia (agora vila). As investigações ali dirigidas desde 1989 pela pessoa convidada para o efeito (Susana Oliveira Jorge, da FLUP), e depois apoiadas pelo IPPAR em 2001-2003, articuladas com as da equipa que desde 1998 tem incidido os seus esforços em sítio análogo da mesma região, de maior porte (Castanheiro do Vento), em que me integro, são de uma importância muito grande, e não só regional. Na verdade, refletem a problemática que sobretudo certa pré-história britânica dita pós-processual (não confundir com pós-moderna, obviamente) tem vindo a desenvolver. Mas convém aclarar melhor este tópico, porque a maior parte do que cai dentro do campo chamado “pós-processual” já me não satisfaz há muito.

No meu caso, e depois da influência que sobre mim exerceu, desde quando era ainda estudante de liceu, a obra de Gordon Childe (foi decisivo ler, quando era novo, as suas obras traduzidas para português), considero como figuras mais importantes dentro da corrente dita da “nova arqueologia”, ou “processualista”, respectivamente o americano Lewis Binford e Colin Renfrew. Este último renovou completamente a Pré-história da Europa, no seu tempo, tendo mais tarde seguido uma via “cognitivista” que não perfilho (não tenho aqui espaço para discutir tais temas). Depois, sem dúvida a figura de Ian Hodder, e, mais recente, e decisivamente - não esquecendo contributos enriquecedores de Richard Bradley - o trabalho com que mais me identifico, a nível de orientação teórica, é o de Julian Thomas (Univ. de Manchester), conjugado como de outro grande investigador também influenciado pela fenomenologia, o antropólogo Tim Ingold, da Univ. de Aberdeen. Mas isso não significa que, com todo o respeito, assinem por debaixo de quanto escrevem; continuo a procurar o meu caminho articulando teoria e prática, ou seja, as escavações de Castanheiro do Vento (infelizmente agora paradas desde 2013) com a exploração de caminhos que transbordam a “teoria da arqueologia” (que creio ter chegado a um impasse), e me exigem buscas na área do convencionalmente chamado “pensamento crítico contemporâneo”, quer dizer, de uma filosofia que se tornou, cada vez mais, transdisciplinar. E que por esse motivo incomoda, pois o academismo e o entrincheiramento surgem onde menos se espera; são uma reação de medo do outro “invasor”; mas também é verdade que, sob aquele epíteto, de “pensamento crítico”, se podem albergar muitos facilitismos e superficialidades.

O que é certo é que, em geral, se tem verificado, depois do 25 de Abril, na arqueologia portuguesa, uma ampliação de escala dos trabalhos efetuados, tanto no sentido de uma integração dos sítios/monumentos no espaço envolvente – dentro do que se poderia designar uma arqueologia espacial, ou mesmo uma arqueologia da paisagem - como na dimensão das zonas intervencionadas, quer em área, que em profundidade (estratigrafia). E isso tanto em meio rural como urbano, como Braga ou Mértola demonstram, por exemplo.

Por outro lado, tem sido sempre mais ou menos intensa a articulação dos trabalhos no nosso território com os de investigadores estrangeiros, pelas mais diferentes formas, de modo a ligar esta região à restante Península ibérica e à Europa ocidental em que se integra – os trabalhos passaram a realizar-se num quadro europeu, quer de relações de investigadores entre si, quer de horizontes problemáticos. Será talvez de lamentar

que esta colaboração se não tenha institucionalizado mais, para além de projetos ou de reuniões científicas. E que Espanha e Portugal, vizinhos, não cooperem assiduamente no campo da arqueologia, embora tenha havido muitos passos nesse sentido.

Creio que se foi também constituindo uma consciência crescente de que a arqueologia é um saber e uma prática com regras próprias, que a autonomizam, assim simultaneamente libertando-a para todas as relações interdisciplinares possíveis e ao mesmo tempo delimitando-a como uma prática não amadora, nem casuística, como em geral tinha sido até ao 25 de Abril. Claro que alguns dos que se dedicam a épocas mais recentes têm por vezes a tendência para confundir a obrigatoria interdisciplinaridade com uma subordinação da arqueologia, por exemplo, à história, de que foi tão difícil desvinculá-la, mesmo em termos universitários. Na FLUP, pioneira nesse campo, o primeiro mestrado em Arqueologia do país surgiu no ano lectivo de 1989/90, e a primeira licenciatura autónoma em 1999/2000. Do meu ponto de vista, a posterior adequação ao processo de Bolonha não foi nada benéfica, antes implicou um retrocesso no peso da arqueologia no conjunto do ensino superior.

Outra das “conquistas de Abril” em arqueologia é evidentemente a de que se trata de um trabalho de equipa, só chegando a resultados significativos se pautado pela partilha de conhecimentos e portanto adequando-se mal a iniciativas personalizadas, voluntaristas e demasiado concentradas na figura dos responsáveis. Mas dizer isto é dizer pouco; porque ultimamente o que se verifica é um trabalho que, salvo raras exceções, se faz em âmbito empresarial, e em que a situação dos arqueólogos raramente não é a de submissão a interesses que pouco ou nada têm a ver com a pesquisa. Um “livro negro da arqueologia portuguesa”, que sumariasse o que, ao longo do país e das últimas décadas, tem sido destruído, em nome de interesses imediatos públicos ou particulares, seria interminável.

Veja-se por exemplo o caso de três grandes barragens no interior do território, junto à fronteira com a Espanha, a de Fratel, a de Foz Côa, e a do Alqueva. Devido à existência de um grupo informal que eu tinha conseguido congregar em Lisboa – GEPP -, e à iniciativa de um colega desse grupo (Francisco Sande Lemos), foi possível descobrir em 1971 um complexo de gravuras rupestres (predominantemente geométricas, pós-paleolíticas) imenso, de que se fez o registo possível antes de ser submerso, registo esse que ainda hoje continua a ser estudado. No caso do Côa, mediatizado e politizado, conseguiu-se travar a barragem, criar um Parque Arqueológico centrado na importância do maior conjunto de gravuras paleolíticas de ar livre que se conhece, obter a sua classificação como património mundial pela UNESCO e finalmente a construção de um museu, excelente e bem localizado numa paisagem belíssima. Esperemos porém que a barragem nunca se faça, e que as dificuldades agora existentes sejam superadas; o Côa é um património frágil e árduo de transmitir ao grande público (e portanto de “rentabilizar”), representando exemplarmente como aquilo que é complexo, que exige estudo, é hoje tão difícil de conciliar com uma sociedade de “cultura light”, do lucro e do curto-prazo. Realmente, falou-se de uma arqueologia a.C. (antes do Côa) e d.C. (depois do Côa); mas o Instituto próprio (IPA) que acabou por ser criado, e que tanto esforço custou, já foi extinto. Aqui, “Abril” abriu-nos uma porta mas cedo tememos que a fechasse, mostrando quanto é reversível qualquer conquista que, num certo momento de ilusão, parece não o poder ser; nada, nunca, está seguro. E, finalmente,

no caso do Alqueva, a arqueologia, que até obteve financiamento para se “entreter” um tempo, teve de deixar ir por água abaixo toda a história de um rio; que se havia de fazer, se essa obra era apoiada por todas as forças políticas e sociais?... a fragilidade negocial da arqueologia no terreno é imensa, e se o Côa foi (temporariamente?) ganho, é porque se verificou conjunturalmente um complexo de condições históricas muito especiais.

Tal como em todo o mundo, tem havido na nossa arqueologia a preocupação do estabelecimento de uma narrativa histórico-cultural, capaz de definir os vários períodos da “pré-história” de cada região e do território no seu conjunto ao longo do tempo, desde o Paleolítico, em articulação com outras regiões da península e da Europa. É essa a nossa maneira – que consideramos inquestionável – de “contar a história”: com um princípio, meio e fim; e quando não temos “atores” para a contar - isto é, países, personagens, acontecimentos, ou tendências de longa duração (à maneira de uma espécie de “estratigrafia de tempos” ou ritmos diferentes de temporalidade, como fez Fernand Braudel) – utilizamos conjuntos recorrentes de objetos, inventamos “culturas”.

Mas a preocupação referida acima, narrativa (como se da simples narração, da exposição do antes e depois, decorresse inteligibilidade explicativa), cedo se articulou com um questionamento que se vinha fazendo, sobretudo no mundo anglo-saxónico (Estados Unidos da América e Grã-Bretanha nomeadamente), sobre o que se convencionou chamar “teoria da arqueologia”, e que tinha a ver com a passagem de uma fase essencialmente descritiva para uma fase mais problematizante.

Essa mudança de preocupações era inevitável à medida que chegavam a Portugal certas publicações, a influência de determinados autores estrangeiros, e também era proporcional ao aumento de escala e de rigor de que os trabalhos se revestiam. A arqueologia pré-histórica percebia que em geral a sua problemática interpretativa diferia daquela que é mais comum em arqueologia histórica, sendo indispensável o recurso a problemáticas importadas da antropologia social/cultural e de outras ciências sociais e humanas para tentar ultrapassar o mero descritivismo histórico-cultural. Esse descritivismo consistia em dividir o tempo linear em períodos, fases, horizontes, etc., e o espaço geográfico em âmbitos com fronteiras mais ou menos fechadas ou porosas, constituindo-se então uma narrativa que tinha as culturas como protagonistas, como referi.

Cada cultura (sobretudo caracterizada por grupos recorrentes de objetos ou estruturas-tipo) teria uma génese, um apogeu, e uma decadência, recebendo influências e emitindo influências. Incapaz de explicar o devir, e partindo de assunções ingénuas sobre a relação de coisas materiais com realidades mais amplas, estas narrativas foram perdendo credibilidade, embora ainda estejam largamente vigentes.

Certos arqueólogos perceberam que uma arqueologia adulta (e respeitada pelos poderes) necessitava de recursos, continuidade, rigor partilhado, comprovação de resultados, e também abertura a problemáticas que são correntes nas ciências sociais e humanas e, em última análise, no pensamento contemporâneo, chame-se ele filosófico ou não.

Ou seja, a arqueologia não é uma mera técnica ao serviço de outros saberes, mas um saber próprio, sendo só aparente, superficial, o paradoxo de que quanto mais uma realidade – neste caso uma disciplina - amadurece, mais necessita de estabelecer

relações com outras, não apenas de carácter multidisciplinar, mas também inter e transdisciplinar. Ora isso obviamente é difícil e implica a tradução mútua de vários tipos de racionalidade que, aos mais ingénuos, aparecem como desgarrados entre si, inúteis ou mesmo absurdos. Neste processo a arqueologia ainda tem muito caminho a fazer, tal como aliás em bastantes outros planos.

Daqui para a frente vou aludir esquemática e telegraficamente a alguns avanços do conhecimento numa perspectiva convencional linear – que precisamente não perfilho - pois não disponho de espaço para poder problematizar estas questões. É evidente que o maior escolho, ou problema difícil de ultrapassar, para a arqueologia pré-histórica, é como tentar escapar ao evolucionismo ou neoevolucionismo, seja ele unilinear ou multilinear. Não é viável aplicar o velho esquema de Elman Service e sucessores de transição entre quatro tipos de sociedade cada vez mais complexos, designados sucessivamente bando-tribo-chefado-estado. Isto por muito que se queira sofisticar o esquema, acrescentando sub-tipos. Também por exemplo as propostas de substituir a designação de “hierárquicas”, para certas sociedades pré-históricas recentes, por “heterárquicas” (sem controlo centralizado vertical) não soluciona a questão fundamental, que é encarar a história de um modo que fuja à representação do tempo linear e constituído por uma sucessão de “pontos”, que podem ser instantes, fases, períodos, etc. Esta representação linear do tempo (sucessão de “pontos”) vem dos gregos (tempo circular) e é linearizada na época cristã, sendo laicizada pela nossa sociedade moderna, por exemplo no conceito oitocentista de “progresso”, que nós ainda não superámos.

Usando pois, ainda que, esta moldura convencional, usual, de equacionar as questões temporais, pode dizer-se que se apurou apurou existir, como toda agente sabe, um Paleolítico do Norte de Portugal, quer inferior (muito deficientemente definido), quer superior (este com a sua manifestação maior no já mencionado complexo de gravuras rupestres do Côa, o único elemento arqueológico classificado como património mundial pela Unesco, e cuja enorme importância ainda não foi incorporada por muitas pessoas).

Há muito a fazer no que toca à compreensão do processo de domesticação de espécies (animais e vegetais) e da respectiva origem e expansão de cada uma. Também a história das técnicas precisa de aclarar muitos aspetos no que concerne ao fabrico e uso de recipientes cerâmicos, de objetos de pedra polida, etc. O que há que evitar, de uma maneira geral, parece-me, é a ideia de um “pacote neolítico” constituído pelo conjunto estruturado, coeso, de todas aquelas inovações, tanto no capítulo das domesticações, como das “inovações” técnicas. Por outro lado, há que reequacionar a articulação do mundo do extremo ocidental europeu (e desta sua parcela em particular) com aquilo que se convencionou chamar Neolítico, em todas as suas facetas. As problemáticas neste campo são ainda muitas vezes redutoras, assumindo formas mais ou menos sofisticadas, ou sendo variantes, da velha dicotomia importação/criação autóctone, quando o importante era precisamente desenvolver eixos de pesquisa consideravelmente à margem desses.

Nesse mundo diferente de ideias, criticamente revisto, integrar-se-ia uma visão nova do tradicionalmente chamado “megalitismo”, que o Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira começou a esboçar, mostrando como essa própria designação de

“megalitismo” é vaga e imprecisa.

Importaria antes uma “história”, se quisermos, das formas de estruturação do espaço (daquilo a que hoje chamamos arquitetura), mas não só, porque sabemos que “espaço” não é uma invariante trans-histórica que se possa depois historiar, mas ele próprio uma representação, um conceito muito nosso...

O mesmo (variabilidade, complexidade, fraca percentagem do que foi investigado em relação ao ainda existente) poderíamos dizer dos recintos que, no Norte de Portugal, se têm sobretudo estudado na sua faceta mais monumental, visível, de locais de altura, excepcionais, que datam já de uma época posterior aos dólmenes – Calcolítico, isto é, 3º e primeira parte do 2º milénio a.C. – e sobretudo parecem indiciar uma outra forma de relação das comunidades com o território. Aqui, a abordagem feita em sítios como por exemplo Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa), o único grande monumento deste tipo com “bastiões” conhecido no Norte da península, é muito importante.

A terminologia já arcaica de “povoados fortificados” deveria ser revista; na verdade, o que é que se entende exatamente por um “povoado”? E, se um local tem muros altos, e se encontra localizado numa elevação, a sua natureza é logo obrigatoriamente defensiva, com tudo o que isso pressupõe em termos de organização social, conflitualidade, etc.? Certamente há que superar uma “antropologia” ingénua, quando se tenta fazer a chamada “arqueologia social”, procurando não “domesticar o passado” segundo modelos funcionalistas e evolucionistas que nem no presente explicariam fosse o que fosse.

Para se ser arqueólogo, para se perceber a complexidade e opacidade do que designamos “pré-história”, tem de se ter uma certa cultura, um grande amadurecimento intelectual, que hoje o ensino rápido – e de uma maneira geral o universo social e mental em que estamos mergulhados - não propicia. Há leituras e autores por que se tem de passar, demoradamente.

Um aspecto fundamental do ser humano, que nos foi revelado pela psicanálise, é o do inconsciente e das pulsões; se isso diz antes que tudo respeito ao nível individual, tem de ter a sua correspondência no plano colectivo. O ser humano é ambíguo por definição, vive não apenas num mundo de simbolismos, mas naquilo a que Lacan chamou o imaginário, o simbólico (o que tece a realidade e lhe dá sentido) e o real, que é qualquer coisa que, não sendo simbolizável, isto é, capturável pela linguagem, é todavia o motor, se quisermos, das outras duas esferas, pois as três estão imbrincadas. O “real” não é algo de inefável, mas uma dimensão que de certo modo explica a nossa vontade constante de ir até aos limites da linguagem (por exemplo na poesia, mas também, em última análise, na criação de teorias e conceitos científicos) para tentar dar um sentido último à nossa vida e ao universo que nos rodeia. Não nos podemos aproximar interpretativamente de forma ingénua de um ser da ambiguidade como é o ser humano, tanto individualmente como em termos sociais; mesmo que o tenhamos presente e “sujeito” ao nosso “inquérito” antropológico. O objeto furta-se sempre à sua objetivação absoluta, definitiva, que é sempre feita de um ponto de vista, e é essa dupla “frustração” que, realmente, sustenta o desejo do conhecimento, a pulsão de perceber. O que se passa numa comunidade humana, mesmo presente aos nossos olhos, é muito subtil; o mais importante é o não dito, é o que está pressuposto, e muitas

vezes é opaco a um ser de outra cultura, de outra formação, mesmo que venha com o aparato do observador participante, conhecedor, com todo o desejo de objetividade e de “verdade”. O conhecimento é sempre contingente, mas não podemos furtar-nos ao seu movimento e, sobretudo, não podemos repetir as ingenuidades do passado, dos observadores anteriores. Temos sempre de tentar perceber “a manha” do objecto que procuramos conhecer, ele não é um objecto físico regido por leis mais ou menos estáveis (?), mas antes, repito uma vez mais, um ser furtivo. É essa complexidade, que está por exemplo presente num conceito de Bourdieu como o de “habitus”, que não podemos ignorar ao abordar uma comunidade, ou os traços que ficaram de comunidades do passado.

A sensação que se tem, para concluir, é que o principal está ainda por realizar, ou seja, feito o balanço, neste campo da arqueologia pré-histórica, tal como em tantos outros da nossa época, chegámos a um certo impasse, em que as nossas esperanças de há 40 anos – que eram também as utopias da nossa inocência – tendem a desvanecer-se completamente. Não há neste momento (salvo exceções) condições para se fazer pesquisa arqueológica continuada em Portugal em termos condignos, sendo esse vazio por vezes preenchido com a multiplicação de eventos que, mesmo quando refletem alguns avanços pontuais, estão muito longe de corresponder às nossas expectativas. E, dado estarmos numa época globalizada, mesmo a nível internacional não se nota na arqueologia sinais de renovação, de surpresa. Raramente aparece, para este domínio específico a que me tenho referido, e independentemente dos elementos meramente informativos, um livro que mude a nossa própria maneira de ver as coisas.

No Norte de Portugal, nos anos 70, partimos praticamente do zero, no âmbito da “arqueologia pré-histórica”. O que se fez corresponde, face aos meios e ao que se conhecia então, a um esforço e a um avanço enormes. E agora, será possível saltar para outros patamares de exigência? Deixo a pergunta sem resposta, porque não a tenho.



Fig. 1 – Aboboreira, uma paisagem “megalítica”. “Plateau” de Outeiro de Gregos. Concelho de Baião. 2012



Fig. 2 – Aboboreira, uma pequena anta. Concelho de Baião, 2012



Fig. 3 – Aboboreira, cista quadrangular de um “cairn” da Idade do Bronze em Outeiro de Gregos. Concelho de Baião. 2012



Fig. 4 - “Torre” (estrutura complexa) do recinto calcolítico de Castanheiro do Vento. Concelho de Vila Nova de Foz Côa. 2007



Fig. 5 – Uma das estruturas circulares de maior porte do topo do recinto calcolítico de Castanheiro do Vento, em escavação. Concelho de Vila Nova de Foz Côa. 2010

